

O VALOR DAS REGIÕES RURAIS DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL¹

Vera Maria Favila Miorin²; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/RS
vmiorin.sma@terra.com.br

Neiva Marli Martins dos Santos Baréa³; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/RS
neivabarea@yahoo.com.br

Resumo

A expansão capitalista trouxe desequilíbrios para alguns espaços rurais resultando em permanente movimento de superação, por se encontrarem em espacialidades distantes de centros de mercado e com dificuldade tecnológica para superar seus próprios limites. Contudo estudos apontam que espaços estagnados ocorrem tanto em países de tecnologia avançada como nos países detentores de menor crescimento econômico-social colocando em dúvida o pressuposto sobre estágios de desenvolvimento e sobre terminologias usadas até agora. Permitindo a defesa de que o principal elemento desafiador encontra-se na dinâmica dos sistemas produtivos e na estruturação das relações socioeconômicas. Igualmente se reconhece que relações ocorrem nos grandes centros de mercado como no interior de qualquer espacialidade com ou sem a presença de centros urbanos comerciais absorvedores da produção rural. Tal posicionamento advém do entendimento de que quanto mais as unidades produtivas do rural estiverem voltadas para os mercados e adotarem tecnologias, estratégias e converterem a produção em vantagens econômicas assegurando a permanência e reprodução socioeconômica dos grupos humanos, mais independentes estarão da cidade mercado imediata a sua área de produção. Além disso, nos últimos anos contrariando a forma de ver o meio rural apenas como local de produção agropecuária, ele vem sendo interpretado como fonte de crescimento associado não só a manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, mas também na sua imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda. Diante de tal proposição assume-se o posicionamento de que o crescimento no meio rural não consiste e nem se fundamenta apenas na conquista da competitividade dos segmentos mais dinâmicos da agricultura; pois não se tem dúvida da importância desta conquista, contudo, por si só, o sistema produtivo ligado aos segmentos mais dinâmicos da agricultura apresenta-se com limitada capacidade de proporcionar diversidade na geração de renda das regiões onde se concentram, passando a assumir dimensão mais territorial do que setorial. Nesta perspectiva a espacialidade geográfica das regiões rurais no Rio Grande do Sul tornam-se referência para análise de suas relações internas e externas permitindo verificar o comportamento dos diversos setores que as classificam como contendo valor único, devido às características destas relações, estabelecidas com os recursos naturais, presentes na biodiversidade e que conduzem ao equilíbrio e respeito a natureza, orientando para a sustentabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Regiões rurais, Biodiversidade, Valorização do patrimônio ambiental e cultural, Paisagens únicas, Relação homem meio rural.

Introdução

¹ Eixo temático nº7: interpretação e valorização das paisagens

² Dr^a em Geografia e Prof^a Associada DGCC, CCNE, UFSM

³ Mestre em Geografia pelo PPGGEO, UFSM.

Durante o século XX se assistiu a um fenômeno demográfico, social e cultural de esvaziamento das populações rurais em detrimento do crescente aumento das áreas metropolitanas alimentado por diversas situações que se manifestaram nas relações entre sociedade e natureza no meio urbano e rural. Nas cidades determinado pelas: indústrias, emprego, segurança de educação, salário fixo. No campo devido às dificuldades de acesso, facilidades e/ou ilusões vislumbradas na vida urbana, o processo de substituição da mão-de-obra e a era do produtivismo.

Nas últimas décadas do século XX houve a intensificação do crescimento das aglomerações metropolitanas a índices nunca vistos antes. Apesar disso já se notava os sinais consistentes de que as áreas não densamente povoadas apresentavam um dinamismo que contradiz as previsões segundo as quais o mundo rural desempenharia um papel de menor importância no desenvolvimento contemporâneo. Apesar de que, na atualidade, a agricultura ocupa menos mão-de-obra e participa com parcela menor em relação formação da riqueza social.

Entende-se que este declínio aparente do meio rural, cujo ritmo varia em cada sociedade é inerente ao processo de crescimento econômico, o que permite traçar reflexões na ordem de que os espaços rurais perderão gradualmente seu lugar. Contudo, se deve considerar que é nos espaços rurais que residem à biodiversidade, o patrimônio paisagístico e as formas de vida que se constituem valorizadas nos dias de hoje, fazendo com que eles, os espaços rurais, ganhem outras dimensões no conjunto do desenvolvimento.

Entretanto, considerando o montante da população que ocupa o meio rural em regiões rurais, na atualidade, é necessário distribuí-la de duas maneiras: a população economicamente ativa desempenhando funções de produção no agro e na pecuária e, outra população rural que vive e trabalha no meio rural, em regiões rurais caracterizadas por operários, funcionários, enfermeiros, professores, artesões, guias turísticos, aposentados, profissionais liberais e outros.

Comparando-se as atividades de agricultura, indústria e comércio, observa-se que estas atividades se constituem em setores econômicos, enquanto que a ruralidade é um valor que recebe crescente importância no mundo atual pelo seu significado na preservação da Biodiversidade, no prolongamento e no fortalecimento das manifestações culturais variadas e pelo estilo de vida de seus habitantes que são procurados, cada vez mais, por populações dos grandes centros urbanos.

Desse modo, nos últimos anos contrariando a forma de ver o meio rural apenas como local de produção agropecuária, ele vem sendo interpretado como fonte de desenvolvimento associado não só a manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, mas também na sua imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda.

Diante de tal proposição assume-se o posicionamento de que o desenvolvimento no meio rural não consiste e nem se fundamenta apenas na conquista da competitividade dos segmentos mais dinâmicos da agricultura; não se tem dúvida da importância desta conquista, contudo, por si só, o sistema produtivo ligado aos segmentos mais dinâmicos da agricultura apresenta-se com limitada capacidade de proporcionar diversidade na geração de renda das regiões onde se concentram, passando a assumir dimensão mais territorial do que setorial, no momento em que procura diversificar as fontes de geração de ocupação e de renda daquelas localidades diretamente beneficiadas por processos inovadores.

Neste sentido constituiu-se com objetivos o reconhecimento da realidade desses locais e de conhecer as relações de equilíbrio no uso dos recursos naturais e sua preservação; a produção em seu contexto histórico e geográfico na formação do Estado do Rio Grande do Sul; bem como, analisar o processo de produção e de reprodução do espaço, a formação das cidades, a infra-estrutura, os aspectos geomorfológicos, geológicos a flora e fauna e demais

processos de ocupação, tanto no meio rural como urbano e determinar a economia e as relações campo/cidade em áreas fronteiriças.

A perspectiva de análise tem a espacialidade geográfica das regiões rurais no Rio Grande do Sul como referencial empírico, no qual se observa e se podem comparar nas análises suas relações internas e externas verificando o comportamento dos diversos setores que as classificam como contendo valor único, devido às características de suas relações, estabelecidas com os recursos naturais, presentes na biodiversidade e que conduzem ao equilíbrio e respeito a natureza.

O trabalho se constituiu por expedições de campo em distintas regiões rurais permitindo analisar seus setores da produção e as relações de equilíbrio com a biodiversidade regional do que resultou o reconhecimento de regiões rurais com paisagens únicas, constituindo a denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, a qual se caracteriza pela predominância de propriedades com grande extensão territorial, antigas estâncias. Destacando-se que as dinâmicas do processo de mundialização nestes territórios são pouco intensas.

Por fim, procurou-se compreender, em nível regional, a presença de mutações, desequilíbrios e inércia, inerentes a ação e a expansão dos processos adotados pelo sistema capitalista provocando permanente movimento nas categorias de estudo em geografia, o urbano, o rural e o ambiental. A ocorrência de tais alterações na organização regional pode gerar processos dinâmicos, como também alguns processos permanecerem estáveis. Portanto, contrapõem-se distintas espacialidades, as quais, devido a razões outras, aguardam estudos que as caracterizem como periféricas ao sistema dominante, porém, profundamente ligadas ao seu meio-ambiente.

1. A categoria espacialidade rural no processo produtivista

No momento em que as relações entre meio rural e urbano se intensificaram e ganharam volume a partir do processo de consolidação da economia, da política e da sociedade cultural, detiveram-se a concepção de um rural com relações bem definidas, segundo suas funções e paisagens. A intensificação das atividades de reprodução⁴ no sistema capitalista permitiu maior integração entre os espaços pertencentes ao rural, pelo menos, deixando a impressão de estar bem estruturado e em equilíbrio em suas relações internas, referentes à função primordial de produzir para manter a vida social organizada e atender aos mercados.

A influência da economia mundializada não chegou de pronto ao meio rural. Ela tem percorrido um longo caminho há tempos, cujos estágios mais característicos estão locados em significativos períodos de evolução da produção agrícola situada em diversas espacialidades rurais. Nem todos os períodos de evolução agrícola estiveram subordinados diretamente a ponto de reconhecerem suas ações como, também, nem todas as espacialidades tiveram mudanças com a mesma intensidade. Deste modo, podem-se pontuar distintas características do processo de mundialização no espaço rural. Destacam-se as novas ruralidades que se construíram e as velhas que se reconstruíram, sob novas formas e foram recriadas a partir de processos internos que se adaptaram aos novos tempos das atividades de produção econômica.

Estas mudanças foram tão diversas em muitas regiões agrícolas, por exemplo, nas brasileiras em que o jogo das mudanças permitiu a formação da grande contradição da “mudança com permanência” que caracterizou o período da modernização da agricultura.

⁴ O termo é empregado em sua forma genérica envolvendo as relações de produção simples, ampliada e ampliada composta, de acordo com Miorin, 1989 e 1998.

Naqueles espaços em que o meio rural no movimento das mudanças foi capaz de reconstruir novas relações sociais de produção, alterar profundamente suas relações sociais produtivas existentes, evidentemente se construiu e se reconstruíram, igualmente, novas formas com capacidade até de modificar a feição da paisagem rural alterando a ruralidade. Tudo isto ocorreu porque o comportamento da sociedade rural se alterou pela introdução do novo em suas atividades que foram se apresentando de tal sorte que se imprimiu o termo: “nova ruralidade”⁵, mais adiante aprofundando as discussões sobre as transformações da ruralidade Veiga passou a chamar de “outra ruralidade”⁶.

Os estudos realizados até aqui permitem o reconhecimento do rural alterado em muitas de suas atividades, ganhando níveis de complexidade, e no comportamento de sua sociedade, que em algumas atividades se aproxima do urbano para estabelecer profundo diálogo com esta categoria. O leque de atividades não-agrícola que se introduzem no meio rural, utilizando o trabalho social e se somando as atividades agrícolas, ali existentes, está plenamente voltado para compor um mesmo mercado urbano e um mesmo cenário econômico. Isto talvez explique a variação de terminologia preferida por alguns autores.

A visão de um rural homogêneo, contextualizado e interconectado assume um comportamento bem diferente, hoje ele se desarticula e se descaracteriza frente às mudanças e a introdução do novo, cedendo às alterações que se colocam sobre seus padrões de sociedade integrada e culturalmente unificada de uma paisagem consolidada. Este é o panorama de algumas regiões agrícolas históricas em sua organização e produção.

Considerando que os processos não se estabeleceram uniformemente, há ainda um espaço rural deteriorado contendo uma parcela social excluída e que se encontra especialmente desvinculada do acelerado processo de produção. Esta parcela social, por imaginar a cidade como lugar de satisfação e como fonte de emprego e de que nela há possibilidades imensas de ocorrer à inserção de mão-de-obra, ainda que não qualificada, permite que ocorra o movimento de deslocamento de massas humanas excluídas do meio rural.

É possível reconhecer a presença de comunidades rurais empobrecidas, desarraigadas do seu habitat, dependentes de trabalho de baixa qualificação se deterioram, progressivamente, seja em relação à sua ruralidade ou em relação às suas próprias vidas. Por outro lado, em um movimento contrário, muitos cidadãos buscam por moradias em ambientes mais naturais e que permita a adição ou possibilidades de trabalho, criando-se uma atividade, até então característica, do urbano no meio rural. Estas moradias podem também ter dupla função: a forma espontânea de moradia, a de recreação ou a segunda moradia.

Esta visão alterada observável nos tempos atuais, também é fruto do crescimento demográfico e da ocupação nem sempre ordenada do espaço permitindo que o caráter complexo das relações sociais de produção, da ânsia da sobrevivência cotidiana humana e da luta pela reprodução da sociedade. Alguns autores como Campanhola e Silva (2000) ao observar tais construções entenderam estar diante de um “novo rural”, pois viam nestas novas funções o delineamento de novas formas em um ambiente historicamente reconhecido como desempenhando atividade de uso da terra, ou seja, o meio como recurso, objeto de exploração e de reprodução humana. Igualmente viam neste ambiente a presença de formas muito distintas do tradicional e isto levou a entender que estava diante de algo novo. Outros foram mais longe entendendo que se tratava de algo diferente distante de suas estruturas tradicionais como se o meio rural houvesse abdicado de seu passado endossando outros processos e assumindo outras funções que evidentemente lhe proporcionariam, ao menos, modelar novas feições sobre velhas formas. Porém, deixa subjacente, ou despercebido que a sociedade pouco

⁵ Terminologia derivada de “novo rural” de Claiton Campanhola e José Graziano da Silva (2000), aqui se aplica genericamente a extensão do rural.

⁶ Termo sugerido por José Eli Veiga (2004 e 2006).

tem variado e que as atividades evoluíram para um estágio de relações sociais produtivas no objetivo de alcançar a reprodução das formas de vida e de organização social dos grupos humanos que constituem a força de trabalho no meio rural.

Na verdade admite-se que o espaço rural em seu estágio de produção comporta, hoje, distintas atividades que lhe imprimem formas de existência de sua sociedade no geral. Deve-se também reconhecer que no seio desta complexidade também há espaço para a ocorrência de disparidades locais e regionais.

Observando a complexidade e as disparidades, destaca-se a mais clara contradição existente no meio rural. (a) De um lado a agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, constituindo o agronegócio, o qual se desenvolve sobre grandes extensões de terra com alto emprego de tecnologia e capital, compondo as empresas agrícolas. (b) De outro lado encontra-se a pequena produção, ocupando frações mínimas de terra e concentrando significativo contingente social que no mais-trabalho e na diversificação das atividades, procura realizar a reprodução de vida e a inserção na circulação dos mercados, o que nem se faz possível. Este lado também agrega um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços, sugerindo a terceirização do rural.

No interior da complexidade de funções e formas que dominam no meio rural é possível reconhecer atividades que se desenvolvem e se caracterizam por "novas" atividades quer no agro como na pecuária, constituindo nichos especiais e dedicados a satisfação dos mercados, constituindo por atividades provenientes de relações entre rural e urbano de caráter predominantemente econômico.

No entanto, ainda se pode encontrar aquela visão de atividades reconhecidas verdadeiramente como seculares no meio rural e que não tinham, até pouco tempo, importância econômica, por se tratar de atividades caseiras ou mesmo desenvolvidas no "galpão" ou ainda de "fundo de quintal". Para muitos se constituíam em *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos que foram transformados em importantes alternativas de emprego e de renda no meio rural, mais recentemente.

Aquilo que se determina por atividade, pouco valorizada e dispersa, hoje integra verdadeiras redes de produção e até cadeias produtivas envolvendo, na maioria dos casos, não apenas a transformação agroindustrial, mas também de serviços relativamente complexos e sofisticados, abrangendo atividades rurais não-agrícolas.

Esses processos resultam de uma nova configuração econômica e social derivada das especificidades crescente no meio rural em relação direta com o urbano. Muitos entendem que se trata da penetração da urbanização no meio rural e as atividades decorrentes também serviriam à preservação do meio ambiente, além de um amplo conjunto de atividades que tornariam o rural um local pluriativo. Este entendimento tem alimentado a discussão sobre "o desaparecimento das áreas rurais", devido ao avanço demográfico da cidade sobre o campo anexando áreas, ou seja, a expansão areal das cidades.

Há também quem entenda o desaparecimento do rural devido a diferença de tempo de produção, transformação e circulação, ou seja, o ritmo da produção rural e urbano. As relações entre o urbano e o seu meio rural produtivo imediato nem sempre se apresentam estruturadas e equilibradas por concentrarem quantidades significativas de produto excedente proveniente de outras áreas. Normalmente, o meio rural colabora para a promoção de um urbano altamente dinâmico e por força do dinamismo o meio rural se desestrutura. Outras vezes, ocorrem relações articuladas que se determina por um urbano contendo menor dinamismo, porém melhor equilibrado na articulação com o seu rural, o processo de produção é comparativamente lento por depender das respostas do ciclo da natureza. Contudo isto não é regra, depende da organização social contida em ambos, pois não se deve esquecer que [...] "o espaço é condição tanto de reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é

produto e nesse sentido é trabalho materializado.”[...] conforme assevera CARLOS (1994, p.24).

Entretanto, poucos são os casos em que se determina a harmonia de relações socioeconômicas entre os dois espaços – urbano e rural - de produção, reprodução de vida e de mercadorias e consumo, pois normalmente o centro de mercado, no urbano, tende a ser ultrapassado por outros centros mais dinâmicos que o definirão até mesmo como estagnado. Isto serve para explicar porque o urbano tende a imprimir aceleração no rural, às vezes interiorizando as tecnologias de transformação para aproximar o meio rural do urbano e da produção de matéria elaborada. Neste caso, a otimização e a competitividade da produção rural, ao agregar valores ao produto, considerando a locação de novas tecnologias e de ganhos, ela se tornaria capaz de aumentar a dinâmica até então vinculada apenas ao urbano que lhe é imediato.

Por outro lado, a integração competitiva da produção locada no meio rural com a respectiva transformação que vem se operando, nem sempre tem oportunizado dinamização do meio onde se instala e da região onde se insere.

2. Reflexões sobre a espacialidade rural

Trabalhar espacialidades geográficas em regiões que devido a sua dimensão se caracterizam por distintos níveis de complexidade das atividades e população, por vezes numerosa e heterogênea em sua base cultural, nem sempre se considera tarefa fácil. Os processos imigratórios que nem sempre se destinam a construir novo meio rural e os processos contínuos de deslocamento de pessoas e de grupos de pessoas (as frentes pioneiras), determinam a mobilidade demográfica comum nos espaços regionais.

Normalmente os deslocamentos se dirigem para regiões que apresentam oportunidades de emprego ensejando um futuro aos que se encontram a margem das possibilidades de manutenção da própria vida. Nesta perspectiva os espaços regionais mais procurados se destacam de alguma forma por ser vantajoso permitindo a reprodução.

Por outro lado, ao se analisar o que as regiões brasileiras, podem oferecer, aponta-se para algumas estruturas crônicas e arraigadas em nossa cultura, como: a diversidade da estrutura fundiária brasileira na perspectiva da necessidade de uma reforma estrutural fundiária que tem sido adiada ao longo dos anos, mantendo inalterada a disparidade entre as classes de dimensão de área que se impõem permanentemente a despeito de qualquer modificação na estrutura econômica e nas políticas sociais que venham a acontecer. Outra estrutura seria a de produção resultante do uso da terra no meio rural e sua relação com os mercados, envolvendo pessoas e produtos e se articulando com a categoria nacional de caráter produtivo e distributivo espacialmente heterogêneo, pois resulta de uma repartição desigual das terras, concentradora em algumas áreas e dispersa (extensiva) em outras comprometendo não só as possibilidades de geração de alimentos, como também, as oportunidades de geração de renda local - municipal - por conta dos impostos de circulação de mercadorias (ICM) e outras formas, como a de agregar processos de transformação nos produtos *in natura*.

A diversidade que ocorre no meio rural permite a continuidade do processo de reprodução social não apenas de crescimento da economia, como dando oportunidade à organização social de se realizar em si mesma e de continuar a sociedade cultural rural. Para isto, hoje é necessário não perder de vista as principais formas sociais de produção: o agronegócio referente a seu caráter empresarial e a agricultura familiar com base no trabalho familiar, o qual nem sempre possibilita a continuidade da vida do grupo social.

Resultante das relações de produção e dos mercados quer interna como externamente tem-se a oferta de alimentos e as possibilidades para se atingir a segurança alimentar tratando-

se de uma perspectiva de análise voltada a atender ao direito a alimentação, com qualidade, a todos os níveis e setores da sociedade.

Também se exige mudanças profundas na estrutura política, no que diz respeito as políticas públicas de abastecimento interno e atendimento externo aos mercados mundializados que procuram se estabelecer normalmente em regiões agrícolas de alta produção e de geração de bens, para comandar os mercados existentes em regiões urbanas detentoras de atividades rurais e de áreas rurais adaptadas as demandas urbanas. Santos (2008)⁷

Por outro lado a ruralidade discutida, hoje, em termos da espacialidade brasileira, especialmente do regional sul do País, recebe amplo apóio na defesa do crescimento sustentável, além da esfera econômica, alcançando o social e por isso considerar que o País deve diversificar a sua política agrícola e agrária, diante da ocorrência de diversificação dos sistemas agrários, dos grupos socioculturais e da manutenção dos espaços sociais, ainda que complexos, em sua constituição, e em suas atividades, abrangendo a sociedade rural e a sociedade urbana que criam, recriam e se transformam alterando seu próprio território e, por extensão, significativa parcela do território Nacional.

3. As espacialidades do território da Região Peninsular do Rio Grande do Sul

A realidade do sudeste gaúcho do estado do Rio Grande do Sul fronteira com Uruguai engloba uma extensa área, como o escudo Sul-rio-grandense, a “Planície lagunar” ou costeira e a Campanha gaúcha, formando paisagens peculiares, como exemplo, as áreas dos municípios de Caçapava do Sul, Pelotas, Rio Grande (Banhado do Taim), Santa Vitória do Palmar, Chuí, Pinheiro Machado, Dom Pedrito e as cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera.

São diferentes paisagens resultado de seus aspectos geológicos, geomorfológicos, cobertura vegetal, fauna, flora e organização e ocupação do espaço em sua forma rural e urbana, identificando determinantes da economia e as relações campo/cidade.

A estrutura fundiária dessa região caracteriza-se pela presença de propriedades contendo grande extensão de área onde predominam solos improdutivos. Em extensas áreas destes municípios há a presença significativa de florestamento com plantações de eucaliptos, somando um total de 30000 hectares de exóticas fomentadas por empresas como Votorantim, Aracruz e Stora Enso.

A área onde está localizado o município de Caçapava do Sul é afetada por desmatamentos, alteração dos cursos de água, remoção de camadas do solo e desagregação de material rochoso por atividade mineradora. Também há contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos, principalmente na localização do vale do rio Camaquã.

Em direção a Minas do Camaquã encontra-se uma geologia constituída por formação granítica, uma litologia antiga, imprópria para lavouras junto a arenitos e conglomerados. Em Caçapava do Sul encontra-se a formação guarita, com material antigo e solo raso. A litologia é arenítica formando um conjunto conglomerado em um ambiente fluvio deltáico. Destaca-se como característica geral, desta porção regional a dificuldade para promover o armazenamento d’água, constituindo-se em problema em períodos de seca e resultante de um tipo de solo no qual a pecuária deve ser do tipo extensiva, com baixo número de cabeças por hectare, adaptando-se a presença de solos rasos e de gramínea rala. Nestas paragens nem mesmo a manifestação agrícola se faz presente por ser pouco viável. Entretanto, apresenta potencial turístico que se trabalhado com idéias em médio e longo prazo poderiam fomentar renda as populações e se constituir em fonte de renda municipal e regional.

⁷ Em seus estudos sobre a evolução dos territórios reconhecia de maneira ampla a presença destas duas categorias de regiões.

São características da região, os solos rasos, porém a presença do Vale do Camaquã (oásis do Camaquã) é uma exceção, ao se trata de uma área com solos férteis comportando a denominada “agricultura pesada” (monocultura), com uso intensivo de insumos em relação as áreas vizinhas em que predomina a agricultura familiar, muitas delas provenientes de assentamentos, com uso intensivo de culturas diversas e aliadas ao criatório de uma pecuária de médio e pequeno porte. Nesta porção regional também se destacam as altitudes médias em torno de 400m, com vegetação remanescente do tipo araucárias.

Com relação ao perfil socioeconômico, a municipalidade de Caçapava do Sul tem como base a econômica o criatório e a agricultura, seguida da indústria e da mineração. O município comercializa arroz, soja, milho e outros cereais, garantindo-lhe o desenvolvimento para além de suas fronteiras municipais. Outro fator que vem potencializando a dinâmica das atividades, mais recentemente no município e na região, ainda que causando controvérsias, é o florestamento com planta exótica, o eucalipto, destinado a indústria de celulose, a qual gera descontentamento e muita discussão em torno da expansão de monocultivos florestais.

Minas do Camaquã é uma antiga área de mineração de cobre e por isso significativo potencial paisagístico, não somente pela sua peculiar formação rochosa e geológica, mas pela forma como foi se transformando ao longo do tempo. Um local resultante de processos históricos, que por sua beleza paisagista desperta curiosidades místicas em distintas culturas.

A formação geológica por ser muito antiga com concreções conglomeráticas, de solo raso em presença de minerais como micas (especialmente muscovita) e sem aptidão para agricultura embora apresente um clima subtropical, abre caminho para que se procure outras formas de ocupação e exploração desta paisagem. Contudo a ausência de uma infra-estrutura adequada leva a inferência de que a estrutura impõe limitações, na medida em que a infra-estrutura não se encontra especializada e nem projetada para a implantação de qualquer projeto voltado para dinamizar o local através do turismo.

No município de Santana da Boa Vista que se encontra sobre o escudo cristalino apresentando uma estrutura geológica extremamente dobrada (gnaiesses e xistos) novamente a agricultura se apresenta como um desafio, além dos solos rasos presentes em grande parte do município, exceção feita ao vale do Camaquã, neste município pode-se encontrar formações eólicas do período interglacial.

Do ponto de vista paisagístico e geomorfológico o local possui um visual ímpar, destoando das demais paisagens e revelando seu significativo potencial turístico. Porém, do ponto de vista agrícola, há dificuldade para o crescimento socioeconômico devido a formação do relevo que o torna inapropriado para o cultivo ao conter solos rasos e rochas em afloramento.

No município de Pelotas destaca-se a sua sede urbana, uma das mais antigas cidades do estado, fundada em 1812. Localiza-se na encosta inferior da Serra dos Tapes em uma planície a sete metros do nível do mar, na Encosta do Sudeste, às margens do canal São Gonçalo, que liga as lagoas: dos Patos e Mirim.

Em 1780, instalou-se em Pelotas o charqueador português José Martins, estimulando a criação de outros charqueadores e o crescimento desta atividade por toda a região, dando origem ao povoado que vem a ser a cidade de Pelotas. Somente em 1835, a Vila é elevada a categoria de cidade e o nome, “Pelotas”, tem sua origem nas embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas na travessia dos rios na época das charqueadas.

Do ponto de vista geomorfológico Pelotas apresenta duas paisagens naturais: paisagem de planície, que corresponde à área de cultivo de arroz e de composição étnica diversificada; paisagem serrana, mais elevada e ondulada onde está a policultura e se localiza um grupo étnico constituído por imigrantes, sobressaindo-se os franceses e os pomeranos.

As cidades de Pelotas e Rio Grande poderiam formar uma futura aglomeração urbana proporcionando forte integração entre os demais municípios que constituem a região. Eles

podem, no futuro, constituir o embrião de uma região metropolitana. No entanto, o que se observa atualmente é a inércia das atividades que levam ao atraso a sede Pelotas, fazendo com que seus habitantes busquem empregos em municípios próximos, como no porto de Rio Grande.

As atividades agrárias se diferenciam pelos diversos sistemas de produção: agricultura temporária intensiva e comercial; agricultura permanente intensiva e comercial e bovinocultura de corte e leite. Predominantemente destaca-se a produção de pêssego arroz soja e carne. Um dos destaques desta produção é o pêssego devido a importância industrial de doces, especialmente aos enlatados de pêssego, hoje já não tão significativo como no passado. Esse tipo de indústria cresceu em Pelotas devido a presença de imigrantes portugueses, alemães e italianos. No entanto, no decorrer da década de 1990 essa atividade apresentou sinais de crise, devido a concorrência no Mercosul e tem se intensificando na vanguarda do século XXI.

A diminuição da produção e a crise enfrentada pelo pêssego, se explicam devido ao “tratado” de Livre Comércio do Cone Sul (Mercosul), com a concorrência industrial da Argentina, principalmente de enlatado de pêssego. Atualmente, apesar de se basear na indústria de transformação de frutas em doces. Hoje, pra atender ao mercado consumidor e a circulação da mercadoria, Pelotas se obriga a importar pêssego, da Grécia, como matéria-prima para a sua industrialização, devido a insuficiência de sua produção e o alto custo de produção.

O município também tem vocação econômica voltada ao agronegócio e ao comércio. Este último segmento tem como principais agentes os árabes (turcos) e outros estrangeiros. Atualmente conta com novas atividades econômicas emergentes, como é o caso do florestamento para produção de papel e celulose. Mas, o período áureo de sua economia foram as charqueadas que a oportunizaram a ser o centro econômico do sul do Império. Nesse período a economia do charque, movida pelo trabalho escravo, garantiu o seu desenvolvimento cultural e econômico. Atualmente, as charqueadas são atrações turísticas da cidade, como exemplo, a Charqueada de Santa Rita e a Charqueado de São João.

A consolidação das charqueadas, das grandes propriedades rurais de caráter comercial, ocorridas no século XIX, às margens dos arroios Pelotas, Santa Bárbara, Moreira e canal São Gonçalo, tornaram o gado campeiro, proveniente de toda a Campanha rio-grandense, matéria-prima de uma atividade que deveria se estender até o século XX. O gado era introduzido em Pelotas através do Passo do Fragata e vendido na Tablada, local dos remates na região das Três Vendas. A safra era sazonal e durava de novembro a abril. As charqueadas tinham em média 80 escravos, ocupados nos intervalos da safra em olarias nas próprias charqueadas em ou outras atividades agrícolas.

Entre os fatores que levaram em decadência a economia do charque no Rio Grande do Sul, pode-se atribuir: a espacialização dos saladeiros platinos, por possuírem mão-de-obra assalariada, colocarem um produto de melhor qualidade e de menor custo no mercado brasileiro a fazer concorrência com o charque nacional; o fim do tráfico negreiro, que inviabilizou a compra de escravos, pois a pecuária era vista nacionalmente como uma economia secundária. Decorrente deste entendimento, os escravos eram preferencialmente levados para as áreas de cultivo de café, defasando a já escassa mão-de-obra escrava no sul do País.

A sede do município de Rio Grande é a mais antiga cidade de origem portuguesa no Rio Grande do Sul e no Extremo-Sul do Brasil. Ela foi por muito tempo a capital do estado. Fundada em 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Pais, e elevada a condição de cidade em 1835. O município conta com muitos descendentes de portugueses que chegaram no período das migrações do Brasil-colônia, vindos do arquipélago dos Açores. Os portugueses influenciaram profundamente na cultura e na arquitetura da cidade. Outras etnias que também

se estabeleceram no local e se somaram as existentes foram os imigrantes italianos, alemães, poloneses e franceses. Também vieram os espanhóis e os ingleses.

A cidade construiu sua riqueza ao longo da história devido à forte movimentação industrial. Atualmente é uma das cidades mais ricas do Extremo Sul do País e do Estado, principalmente devido ao seu porto (o segundo em movimentação de cargas do Brasil), situado entre as Lagoas Mirim e dos Patos, a maior laguna do Brasil, e o Oceano Atlântico.

A agropecuária se desenvolve pelo plantio de arroz, em meio a uma produção agrícola de pouco volume e extensão de área plantada. O fraco desempenho agropecuário se deve, entre outros fatores, à natureza dos solos, que são ácidos, predominantemente arenosos. Igual situação ocorre na pecuária, que apresenta lenta evolução, devido à estrutura arenosa dos campos, com fraca cobertura graminácea e pouca resistência ao pisoteio do gado.

Na estrutura urbana de Rio Grande conta-se que a rede de esgoto está sendo ampliada, em demonstração de reconhecimento da necessidade de atendimento a este setor.

Outro fator que deve ser considerado importante para o crescimento do município é o serviço de estradas de rodagem asfaltadas, ferrovias e hidrovias que ligam a cidade ao País e ao exterior. As hidrovias exercem papel fundamental no sistema portuário do sul do Brasil, tendo no porto do Rio Grande seu ponto de convergência e interconexão, próximo da fronteira sul do Brasil na América do Sul.

Rio Grande por ser um município litorâneo possui uma das praias mais extensas do mundo (Praia do Cassino) com 250 km de frente para as águas do Oceano Atlântico constituída por uma longa extensão de dunas de areia junto a costa litorânea. Outro aspecto físico peculiar diz respeito a sua área municipal, que se situa a baixa altitude, no máximo 10 metros acima do nível do mar. Vale ressaltar que a cidade, por estar rodeada por águas o seu sítio urbano se aprofunda cerca de um centímetro por ano. A maior parte do município é composta por campos, cobertos por vegetação de gramíneas e herbáceas existindo apenas pequenos bosques com árvores plantadas com espécies de eucalipto e pinus. A fauna desta planície é composta por aves migratórias, pequenos animais, insetos e roedores comuns de áreas arenosas e banhados, além destes o criatório de bovinos e ovinos. Outro fato observado são as micro-formas de relevo, construídas por pequenos animais e características de regiões úmidas e quentes. A flora é variada apresentando: figueiras, corticeiras, quaresmeiras, orquídeas, bromélias, cactos, juncos e aguapés.

A região apresenta diversificados ecossistemas estando representados pelos banhados, praias lagunares e marinhas, lagoas, pântanos, campos, cordão de dunas e campo de dunas. Diante dessa diversidade ambiental pode-se citar várias espécies de aves e de animais mamíferos como: João de barro, tartarugas, tuco-tuco, capivaras, ratão do banhado, jacaré em uma abundante ave-fauna.

Outro destaque é o centro de reabilitação de animais marinhos que migram da Patagônia para se reproduzirem. O museu existente possui uma estação de tratamento para animais marinhos que depois de tratados são devolvidos ao oceano (leões marinhos e pingüins). O museu também possui em anexo o Museu Antártico, sendo este, uma reprodução das primeiras instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz.

A Estação Ecológica do Taim está localizada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim. Foi criada com o objetivo de preservar a vida e a água doce do Planeta. A região do Taim é uma grande planície que possui dunas de até 15 metros. Caracteriza-se pela presença de banhados e lagoas. Nas épocas de cheias, as lagoas juntam-se ao banhado formando uma única massa de água. O banhado do Taim contém e abriga a biodiversidade do Pampa e se apresenta como uma planície alagadiça situada entre os municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, e entre a lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, ocupando o coração da área peninsular. Também se localiza próximo ao Arroio Chuí e a fronteira com a República do Uruguai. O banhado é uma região de planície costeira, a qual contém áreas de grande valor

científico e geopolítico no contexto ambiental do Brasil, possivelmente originada pelos avanços e recuos do mar.

Dentre os animais típicos da fauna da Reserva do Taim pode-se destacar o rato-do-banhado e as capivaras, além de conter a maioria das espécies de roedor conhecida no Planeta, e de aves como a tarrã e mais de doze espécies de marrecas.

A Estação Ecológica do Taim está na rota das aves migratórias que chegam para repousar em terra e encontram o maior e verdadeiro banquete nos banhados. Aves como o cisne do pescoço preto e a capororoca podem estar sendo ameaçadas de extinção. No conjunto de animais mamíferos do Taim destacam-se os zorrilhos e quanto a presença de aves de grande porte destacam-se as emas.

Nos campos secos da reserva encontram-se figueiras e nos campos de várzea há presença de corticeiras. Existem ainda os campos limpos onde predomina a vegetação rasteira. Um dos limites do Taim é o Oceano Atlântico. As praias são fontes de alimentação para as aves, leões-marinhos, tartarugas e pingüins vindos do extremo sul do continente. Dessa forma, o Taim pode ser considerado um oásis, além de sítio paleontológico e arqueológico, pois na reserva são encontrados fósseis e objetos humanos de civilizações passadas que povoaram estas paragens.

A lagoa Mirim, trata-se de uma lagoa barrada, interligando-se a laguna dos Patos pelo canal São Gonçalo, onde se encontra o grande terraço lagunar eólico. Na vila do Taim ainda é possível descortinar a única linha de falésias viva, na lagoa Mirim, onde se desenvolve o trabalho de erosão lacustre e a formação, por regressão, da falésia. A frente abrupta da falésia exhibe diversos níveis de deposição. Trata-se de um laboratório científico a disposição para ser estudado.

O município de Santa Vitória do Palmar junto a Lagoa Mirim possui um porto, atualmente com atividade mínima, embora tenha sido construído em 1938, sendo obra do líder republicano Manoel Vicente Amaral, particular amigo do então presidente da República do Brasil, Getúlio Dornelles Vargas. O município marca o Extremo-Sul do Brasil e faz parte da Mesorregião Sudeste e da Microrregião Litoral Lagunar. Possui uma área de 5 244,177 km² e uma população de 34 830 habitantes e está, em relação ao mar, a uma altitude de 23 metros.

A economia do município está baseada no cultivo de arroz irrigado e na pecuária bovina de corte e de ovinos para lã. A pesca também é uma atividade desenvolvida no local, devido a proximidade com o litoral e lagunas, porém esta atividade se desenvolve de forma artesanal sendo gradativamente substituída pela pesca em escala industrial que se estabelece na região.

Conta também com praias como a Praia da Barra do Chuí que está localizada à margem esquerda do arroio que lhe empresta o nome, no extremo limite sul do território Nacional. Hoje contando com belas construções que junto aos seus aspectos naturais lhe favorecem o turismo, como também a Praia do Hermenegildo, situado a 18 km da cidade, junto ao Oceano Atlântico.

Sendo a base econômica da fronteira sul, o comércio de fronteira, apresenta duas cidades que se denomina de cidades geminadas, isto porque a cidade de Chui faz fronteira com a cidade uruguaia de Chuy. A avenida central que as divide, serve ambas as cidades, determinando uma verdadeira fronteira viva. Esse comércio ocorre por meio de “Free-Shops”, que atraem o grande fluxo de pessoas devido ao preço e a diversidade de produto que devido ao acordo entre Uruguai e Brasil, são isentos de certas taxações, pois se algum dos países decidirem pela cobrança de imposto ou de taxas encarecerá o produto de seu lado e fará com que os consumidores se desloquem para o outro lado da avenida para realizar suas compras, assim este acordo não causa perdas econômicas para nenhum dos países.

As cidades geminadas de Chuí/Brasil e Chuy/Uruguai se equiparam as cidades de Santana do Livramento e Rivera que também assumem características de cidades geminadas, devido a sua ligação fronteiriça.

O município de Pinheiro Machado é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul, sendo colonizado por açorianos no século XVIII, ocorrendo sua emancipação em 1878. Pertence a Mesorregião Sudeste Rio-Grandense e a Microrregião Serra de Sudeste, possuindo uma área de 2.227,897 km², com altitudes médias de 439 metros e abrigando cerca de 15 000 habitantes. Sua economia é baseada agropecuária e na extração de pedras para exportação e produção de cimento. Atualmente assue destaque a vitivinicultura devido a característica do clima da Serra do Sudeste, que favorece a elaboração de vinhos finos com alta qualidade.

O município de Dom Pedrito, conhecido como a "Capital da Paz", por ter sido o local onde foi assinado o acordo de paz entre farroupilhas e tropas Imperiais, tem origem em uma povoação ocasionada pelo comércio dos espanhóis em 1770. Por se localizar na fronteira também foi palco de diversas batalhas da Campanha do Prata e da Revolução Farroupilha. Destaca-se por ter sido o primeiro município do Estado a promover a abolição da escravatura antes da Lei Áurea. Como base da econômica municipal aparece a agropecuária, com destaque para a criação de cavalos da raça Crioulo. A produção agrícola intensificou-se a partir da década de 1940 com a cultura do arroz irrigado que promoveu a presença da indústria do beneficiamento do arroz.

A área que compõe o município de Santana do Livramento faz parte da Bacia do Paraná. Geomorfologicamente é representada por rochas sedimentares areníticas da Formação Rosário do Sul e Formação Botucatu e, por rochas vulcânicas do grupo São Bento representadas pelos "basaltos de fronteira" da Formação Serra Geral.

O município tem sua economia baseada no comércio, agricultura, pecuária e vitivinicultura. Mas é no comércio que Santana do Livramento que destaca, pois constitui com a cidade vizinha de Rivera, no Uruguai, uma conurbação binacional, denominada Fronteira da Paz. Os estabelecimentos assumem as mesmas características, que os de Chuí, variando entre "free shop" a pequenos negociantes ou comerciantes informais de rua, constituindo a conhecida "fronteira antiga".

Na década de 1970, quando as multinacionais começaram a se interessar pelas castas de uvas nobres, foi realizado um monitoramento climático com análise técnica cujo resultado resultou na identificação do paralelo de 31° de latitude sul como a melhor região para o cultivo de uva no Brasil. A região compreendida pelo paralelo 31 corresponde à Campanha gaúcha, município de Santana do Livramento onde se situa na paisagem a foração do Morro de Palomas, na verdade uma meseta (mesa).

As terras propícias a melhor produção de castas nobres de uva, chamou a atenção das vinícolas que se dirigiram para a área no intuito de produzir uva e estabelecer a tecnologia dos vinhos finos. Destaca-se no momento a Vinícola Cordilheira de Sant'Ana com produção manual. O vinho é armazenado segundo modernas tecnologias em ambientes adequados a manterem a qualidade do líquido de acordo com temperaturas necessárias e exigidas pela qualidade. A capacidade de armazenamento atinge entre 5 a 18 mil litros de vinho, possuindo serpentinas ligadas a um painel de controle para padronizar o vinho.

A empresa Cordilheira de Sant'Ana abrange uma área de 46 hectares, dos quais apenas 24 são utilizados com o plantio de vinhedos. A declividade do terreno corresponde a 15%, o que facilita a luminosidade e a ventilação das parreiras. Os vinhos começaram a ser industrializados em 2005.

A exemplo desta vinícola, outras estão presentes na região alterando a fisionomia da paisagem e imprimindo novas formas de relações, porém ainda de forma pontual a área vem

recebendo novos elementos que se somam aos antigos moldes e pouco a pouco vão remodelando suas feições paisagísticas.

Considerações

Considera-se que o movimento da reprodução mundializada, através de suas relações aciona seus processos e se estende sobre os espaços; sejam eles: urbano e rural ou de cidade e campo e os capturam em direção ao interior de sua esfera de produção e reprodução sob uma dinâmica tal que admite outros processos e contradições, - como os derivados das relações sociais, da vida humana, dos conflitos, das lutas de classe.

A outros que consideram que antes de se vincular a reprodução mundializada, portanto independentemente das necessidades do capital em seu processo de produção e de reprodução, há a satisfação urgente das necessidades da sociedade como um todo. Ela, a sociedade, ao produzir suas condições de vida, a partir da relação capital-trabalho e na cotidianidade do processo de trabalho, produz o espaço geográfico e com ele um modo de vida, de pensar e de sentir.

Sobre tais considerações se acrescenta que quanto mais completo for e mais organizado estiver o sistema social, mais dominado pelo processo mundial ele estará. O que permite entender as dificuldades de se construir outra forma de relações socioeconômicas além da reprodução mundializada que se conhece e na qual se vive.

Desejando tecer considerações em nível regional entende-se que os desequilíbrios inerentes a expansão do capitalismo trouxe consigo permanente movimento nas categorias mais amplas de estudo em geografia: o urbano e o rural que tem possibilitado a organização de regiões agrícolas complexas e dinâmicas e de ampliação dos espaços de abrangência das regiões urbanas. Em contraposição, há a presença de regiões que, devido a razões outras, aguardam estudos que as promovam, pois se apresentam com suas relações socioeconômicas estagnadas. Ressalta-se que esta situação é bastante comum em países em desenvolvimento como o Brasil e que a presença de espaços estagnados também ocorre em países de tecnologia avançada e não apenas nos menos desenvolvidos.

Considera-se que as formas impressas na paisagem são reflexos da acumulação do tempo e o que dá sentido as formas são os processos atuais que devem ser vistos em suas diversas escalas temporais, como a conjuntura em que se estabelecem as ações no decorrer do tempo, e não analisar apenas o presente. Porém deve-se reconhecer que para compreender o mundo é preciso, antes de tudo, saber observar a volta e procurar entender o que ocorre para, então construir conclusões críticas das dinâmicas que nos cercam e que roubam o espaço em que vivemos. A paisagem não é única e os significados dos contrastes revelam o que está contido em seu interior. Existem territórios dinâmicos, que produzem e acumulam não para si, como também existem aqueles pouco dinâmicos, pouco dependentes e que não acumulam para si e nem para outros.

É certo que não se pode classificar o rural brasileiro como: atrasado, arcaico ou tradicional. Ele se apresenta moderno, articulado com o urbano participando de significativos mercados e diversificado em suas atividades permitindo que sua organização sociocultural estabeleça amplas relações. Igualmente o urbano se amplia espacialmente ocupando maior dimensão, polarizando atividades e mercados, se diversifica e homogeneiza relações ao se apresentar com elevado nível de complexidade.

Analisando-se o sentido dos “traços” reconhecidos por Castells (1975) conclui-se que de fato o espaço geográfico, onde se situam duas categorias, é um só; o que muda e os diferencia são as dinâmicas das relações socioculturais e de produção, seus processos e seus elementos, como reconhecidos pelo autor. Também se é concordante em que, de fato, estas categorias possuem relações complexas e diferentes entre si e entre categorias espaciais, quer

urbana quanto rural. O fato de elas evoluírem do rural para o urbano permite deduzir que a integração estabelecida tem caráter funcional e locacional, centrado nos serviços e na infraestrutura dos centros urbanos, podendo servir de indutores de desenvolvimento rural e, assim, marcar a polarização dos centros urbanos em relação ao seu entorno.

Mesmo diante de tais revelações não se pode anular em estudos regionais, a existência destas duas categorias e nem suas relações, ainda que tão próximas, sob pena de não ser alcançado o entendimento que se deseja atingir nos estudos regionais, principalmente aqueles que tratam das dinâmicas espaciais cujas manifestações alteram as estruturas dos espaços nas suas funções e formas.

Como estabelecer entre estes modos de produção, qual deles apresenta melhores condições sem ter que trazer para a reflexão outros elementos de análise como recursos naturais e nível tecnológico? Na verdade se coloca em confronto a prosperidade e o crescimento econômico de um lado e, de outro a sustentabilidade e o bem-estar. Elementos com pesos distintos objetividade e subjetividade, ainda que se busque a subjetividade vive-se em um mundo cada vez mais objetivo. O que escolher? Para isso é preciso tecer uma relação de espacialidade e temporalidade. Compreender como as ações são estabelecidas nos diferentes lugares, bem como o momento em que são apropriadas no espaço, em suas distintas escalas espaciais.

Quando se está diante de territórios pouco tocados, de paisagens onde o meio-ambiente revela suas formas como que originais e onde se estabelecem as primeiras relações entre sociedade e natureza, sem a ação abrasiva dos processos antrópicos deseja-se que os processos da mundialização do espaço pelo modo de produção capitalista não encontrem, jamais, estes territórios. Porém, tudo o que se pode desprender é que o sistema conhece sua existência e já estabelece relações de produção ainda que pontual nas cidades como no campo onde a circulação de mercadorias tem aproximado estes dois mundos tão distintos.

A maior parte das áreas visitada nesta expedição caracteriza-se pelo distanciamento do tempo técnico-científico, da aceleração da produção, da globalização dos sistemas de produção. Será que se vive ali, economicamente em atraso ou ainda está preservada porque sua população é rarefeita e por estar distante de mercados consumidores e de centros industriais de transformação? Seria talvez uma área-reserva do capital, poupada para uma exploração produtivista futura? Como trazê-la para o nosso tempo sem destruir o que tem de melhor?

Analisando-se a região peninsular e fronteira destacam-se o tempo que transcorre calma e silenciosamente, a sobrevivência simples de um viver tranquilo, as relações de uso dos recursos com sustentabilidade. Acredita-se ser fundamental saber identificar na paisagem, elementos capazes de despertar o desenvolvimento desses lugares.

É inegável a beleza e a particularidade do quadrante sul-sudeste do Rio Grande do Sul, com suas paisagens fascinantes que constituem a região peninsular do estado mais meridional deste País estabelecendo o seu último limite sul no continente Sul-americano. Esta porção do Estado é pouco conhecida até mesmo para os gaúchos. Tudo o que se pode considerar é que ali estão um dos maiores santuários ecológicos e potencial turístico importante a espera de uma eficiente política de preservação ambiental.

Talvez tudo isto venha em auxílio de uma explicação da espacialidade do Rio Grande do Sul, estado do Brasil com inúmeras paisagens diversificadas. Cada região rural deste Estado apresenta características particulares que as diferenciam das demais. Por todo o seu território, pode-se constatar tal ponto de vista, assumido *a priori* e reconhecer que nele, embora não apresentando uma extensão significativa no conjunto dos demais estados brasileiros, se compõe de distintas regiões rurais permitindo defini-lo como um estado composto de múltiplos caracteres conformando sua geografia como complexa. E apesar de seu pouco expressivo contingente populacional economicamente ativo, isto não deve ser

entendido como fator limitante para a apreensão de seu dinamismo social, econômico e sustentável. Mas serve para explicar que se faz necessário maior equilíbrio entre as atividades produtivas com base na agropecuária em espacialidades que contenham meio ambiente rico e diverso, que se constituem em santuários ecológicos desta Nação-Continente.

Referências

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, M. **Problemas de investigação em Sociologia Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MIORIN, V. M. F. **A organização do espaço do Rio Grande do Sul**. Artigo, Santa Maria: UFSM, 1998.

_____. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, I.G.C.E. /UNESP, Rio Claro, SP. 1989. 256p. (Tese)

SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2008

SILVA, J.G. da e CAPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna:Embrapa Meio Ambiente, 2000

VEIGA, J. E. Nascimento de outra ruralidade. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IPEA, 20 (57), 2006, p.332-353.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. In: **Anais do VIII Seminário da Rede Iberoamericana de investigadores sobre globalização e território**. Brasília: UNB. 2004.